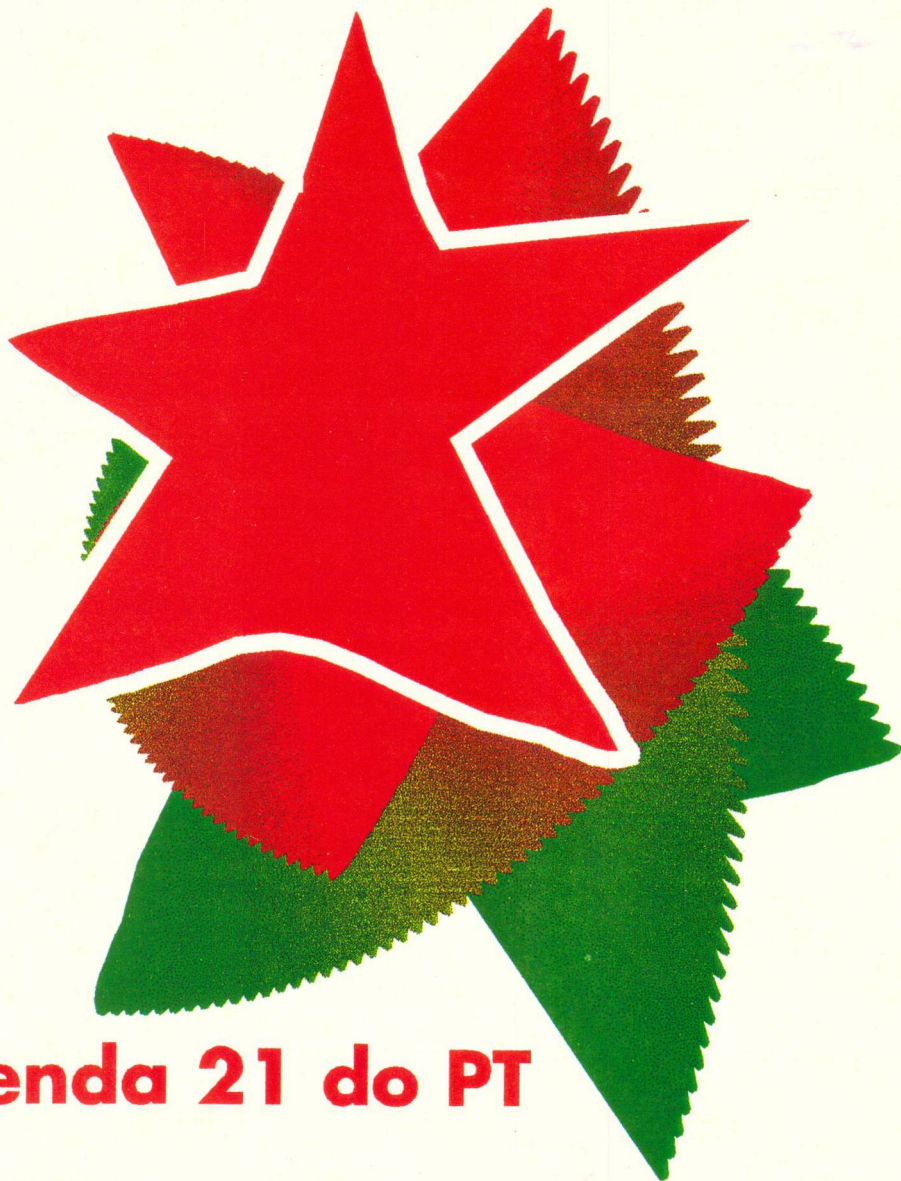


SMAD

4º ENCONTRO NACIONAL



Agenda 21 do PT

DE 11 A 13 DE JULHO DE 1997
HOTEL PHENÍCIA - BRASÍLIA

SECRETARIA NACIONAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO DO PT

Resoluções do

4º ENCONTRO NACIONAL

AGENDA 21 E O PROJETO DO PT

1. ESCRREVENDO JUNTOS A AGENDA 21 PT

O 4º Encontro Nacional da SMAD, realizado em Brasília, nos dias 11 a 13 de julho de 1997, aprovou o lançamento de uma campanha nacional da SMAD para a formulação conjunta de uma AGENDA 21 DO PT. Militantes petistas, sejam ambientalistas ou não, integrantes de movimentos sociais e ONGs, cientistas sociais, economistas, e outras pessoas interessadas em todo o país, serão chamadas a contribuir.

Inicialmente, o Encontro aprovou duas peças essenciais a esta mobilização:

- Este texto-básico,
- As 21 Perguntas que o PT deve se fazer, que segue mais abaixo e
- As resoluções do 4º Encontro da SMAD

A AGENDA 21 DO PT, que pretendemos lançar no início de 98, terá dois endereços:

- Contribuir na formulação do Programa do PT às eleições 98
- E avançar no debate partidário sobre o projeto do PT para o século 21.

Apesar de partir do documento assinado por 179 chefes de Estado, na Eco-92, a Agenda 21 do PT será um documento que afirma o projeto petista em contraposição ao modelo neoliberal, que hegemoniza o processo de globalização da economia e entrega ao mercado o destino da humanidade. Portanto, a Agenda do PT parte da luta contra a exclusão social e a devastação ambiental, afirmando, por outro lado, a necessidade do resgate do compromisso humanista que está na origem do projeto socialista e que hoje precisa ser renovado por uma nova visão de

mundo, da natureza, do desenvolvimento dos gêneros, das etnias, da cultura, da igualdade e das diferenças.

A Agenda 21 do PT parte de conceitos diferenciados.

A questão do desenvolvimento sustentável é o primeiro deles. É claro que o debate deve evoluir na formulação do que pode vir a ser este conceito numa ótica petista. Parece claro, entretanto, que, além de se constituir numa contradição em termos para muitos estudiosos - já que desenvolver em bases capitalistas, significa crescimento e acumulação, portanto em algum momento acaba comprometendo a base de recursos naturais -, desenvolvimento sustentável se transformou num conceito, no mínimo discutível, por ter sido apropriado por segmentos sociais cujos projetos de sociedade chegam a ser antagônicos.

Por outro lado, não se trata apenas de escolher um outro conceito menos usual, como **sociedade sustentável** ou **desenvolvimento justo e ecologicamente sustentável**. A questão a se definir é que projeto de desenvolvimento que o PT propõe num momento que não se caracteriza como revolucionário. Isto é importante porque mesmo afirmando o caráter socialista do projeto do PT, fica a questão sobre que socialismo estamos falando. O PT, felizmente, nunca chegou a se alinhar com os princípios e as práticas do socialismo real, cuja economia pode ser considerada tanto ou mais insustentável quanto à capitalista ocidental.

Mas ainda assim resta definir o que o PT fortalece neste conjuntura como potencial indutor na construção de uma sociedade socialista sustentável.

A elaboração da Agenda 21 do PT, de certa forma, espera poder responder em parte a este dilema. Por isso, se insere na proposta da construção de um **Projeto para o Brasil**, que não seja meramente um conjunto de palavras de ordem ou um programa de governo que não tenha condições de ser executado. De 94 para cá, novos cenários vem sendo desenhados de maneira a nos obrigar a repensar o Programa Lula 94 e as Bases Ecológicas do Projeto de Desenvolvimento Nacional.

Esta é a missão que o 4º Encontro apontou para todos nós.

2. DEFINIÇÕES SOBRE A ESTRUTURA DA SMAD

2.1. DIRETRIZES DA SMAD PARA 97/98

- Campanha nacional para formulação de uma **AGENDA 21 DO PT** até dezembro de 97, através de amplo debate dentro e fora do PT
- Articulação nacional dos ambientalistas do PT e simpatizantes
- Apoio às administrações municipais/estaduais e bancadas parlamentares
- Formulação de propostas às Eleições 98 sob a coordenação do GTE/SMAD

2.2. EXECUTIVA NACIONAL

A EN tem como função executar as decisões do Encontro Nacional, ser a direção política da SMAD e auxiliar o trabalho da Secretária Nacional.

A EN definirá entre seus membros as seguintes funções:

- Coordenador de Infraestrutura
- Coordenador de Finanças
- Coordenador de Comunicação

Além desses cargos será constituído pela EN um GRUPO DE TRABALHO - ELEIÇÕES 98, que se encarregará de coordenar as atividades e a contribuição da SMAD para o processo eleitoral do próximo ano.

Encontros Nacionais:

A EN ficou encarregada de estudar a viabilidade de manter encontros nacionais anuais da SMAD ou de, pelo menos em 98, realizar um encontro preparatório à campanha eleitoral.

Foram eleitos novos integrantes da EN, que passou de 7 para 9 membros, distribuídos da seguinte maneira:

NOME ELEITO	CARGO/Função	ESTADO
Sem. Marina Silva	Secretária Nacional da SMAD	Acre
Virgílio Farias	Secretário Adjunto	São Paulo
Dep. Gilney Vianna	Representante da Bancada	M. Grosso
Paula Franssinete	Membro	Paraíba
Renato Ferreira	“	R.G.do Sul
André Luz	“	R. Janeiro
Sec. Chico Floresta	“	D. Federal
Weber Avelar Silva	“	M. Gerais
Jaqueline Freire	“	Pará

S u p l e n t e s

Moisés Matias		Maranhão
Lígia Pupato		Paraná
Luiz Amore		D. Federal
Maurício Laxe		Pernambuco
Giovane Gregol		R.G. do Sul

2.3. COORDENAÇÃO NACIONAL

São membros da CN um representante por Estado, escolhido pelo coletivo de ecologistas do PT local.

As funções da CN são:

- Representar a SMAD no Estado
- Coordenar os Encontros Estaduais
- Coordenar a Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento do PT (SEMAD) ou a sua formação no Estado
- Manter a relação com o Diretório Regional do PT e demais secretarias

SEMADs

Ficou decidido que a EN vai definir, em conjunto com a CN, os Estados que deveriam criar ainda em 97 suas SEMADs. A meta é fechar o ano com 10 secretarias criadas.

A CN foi ampliada com novos nomes, que deverão ser referendados ou não em cada Estado.

ESTADO	NOME	Efetivo/Indicativo
Acre	Antonio Alves	Efetivo
Amazonas	Eugênio Miguel S. Vaz	Indicativo
Bahia	Aurélio José A Carvalho	Indicativo
Ceará	Renato Roseno	Efetivo
Distrito Federal	Rosalvo Junior	Efetivo
Espírito Santo	Jorge Alex	Efetivo
Goiás	Lucimar Nascimento	Efetiva
Maranhão	Moisés Matias	Indicativo
Mato Grosso	Carcius Azevedo Santos	Indicativo
Minas Gerais	João Bosco Senra	Efetivo
Pará	Jaqueline Freire	Indicativo
Paraíba	Paula Franssinete	Efetiva
Paraná	Lígia Pupato	Indicativa
Pernambuco	Maurício Laxe	Indicativo
Rio de Janeiro	Sérgio Ricardo Lima	Efetivo
Rio Grande do Sul	Cláudio Langone	Indicativo
Rondônia	Luiz Rodrigues	Efetivo
Santa Catarina	Ricardo Freitas	Indicativo
São Paulo	Iracilde Titan de Lima	Efetivo

2.4. ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

- Ficou definido que a EN e a Secretária da SMAD vão solicitar o apoio da Executiva do PT nos sentido de garantir uma secretária executiva trabalhando no escritório de Brasília do PT.

- Em São Paulo, deverá ser instalada uma sala na nova sede do DN-PT, que seria utilizada conjuntamente pela SEMAD/SP e a SMAD. A SEMAD solicitará os préstimos (*part time*) da Silvana Rolla, que atualmente secretaria a Secretaria Geral do PT-Nacional.

2.5. DIVULGAÇÃO DA SMAD

- Foi definida a continuidade do boletim SMADFax, se possível com periodicidade quinzenal.
- Ficou decida a abertura de um “link” da SMAD na Homepage do PT¹ para proceder ao debate sobre a AGENDA 21 do PT.
- Será editado um caderno com os textos históricos da SMAD.
- A SMAD deverá adotar uma logomarca, possivelmente a que foi usada neste 4º Encontro.
- Também ficou de ser confeccionadas estrelas verdes, camisetas e adesivo para venda.

2.6. 11º ENCONTRO NACIONAL DO PT

- Será constituído um grupo de delegados e observadores da SMAD no Encontro Nacional, com a função de articular o documento e as resoluções da SMAD no documento final deste encontro.
- Foi decidida a montagem de uma barraca no Encontro Nacional, no Rio de Janeiro, a ser administrada por um grupo de trabalho integrado pelos integrantes da SMAD presentes ao Encontro.

3. A AGENDA 21 DA ECO-92

Em março de 1997, o Brasil sediou novamente no Rio de Janeiro a **RIO + 5**, evento internacional organizado pelo Conselho da Terra, instituição não-governamental sediada na Costa Rica e presidida por Maurice Strong, Secretário-Geral da RIO-92. Esse evento, que reuniu cerca de 600 delegados de todas as partes do mundo, entre ONG's, empresários, governos locais e representantes de organismos internacionais, teve como objetivo fazer um balanço dos compromissos assumidos na ECO-92, bem como avançar no processo de discussão da Carta da

¹ Consultado o administrador da HomePage do PT, ficou acertado que no início de agosto será inaugurada a página da SMAD no PTnet, com as 21 perguntas ao PT, as 5 mentiras da Política Ambiental de FHC e todas as demais resoluções do 4º Encontro. Nesta inauguração será feito um debate (CHAT) com a Secretária da SMAD e outras pessoas interessadas.

Terra. O balanço da situação ambiental do Planeta foi apresentado na Assembléia Geral da ONU, realizada na ultima semana, que teve esta como sua temática central. A **Carta da Terra** é uma espécie de Declaração Universal do Desenvolvimento Sustentável, cujo processo de elaboração está em andamento e que deverá ser promulgada pela ONU em 01 de janeiro do ano 2000.

O mundo vive uma situação bastante preocupante neste final de milênio, com o aprofundamento das desigualdades Norte-Sul, o aumento do desemprego mesmo nos países ditos desenvolvidos e a fome, agravada pelas guerras tribais e religiosas nas regiões mais miseráveis do Planeta. Em tempos de Internet e Globalização, temos hoje no mundo cerca de 1,4 bilhões de pessoas com renda menor que US\$ 1,00/dia. A civilização ocidental já não consegue fingir que não vê as hordas de miseráveis vagando entre o Zaire e Ruanda, sem um lugar para viver, morrendo em assustadora solidão, varridos para baixo do tapete do mundo.

A lógica da Globalização tende a **enfraquecer os Estados Nacionais** e seu papel regulador, deixando essa prerrogativa às grandes corporações econômicas transnacionais, e perdendo a necessária responsabilização com as grandes questões sociais que hoje se colocam em nível mundial. As **organizações internacionais que deveriam regular as relações entre os países**, como a ONU, **estão enfraquecidas** por uma política deliberada de suspensão das contribuições dos países ricos.

Ao mesmo tempo, projeta-se para a entrada do milênio um cenário onde **o mundo será predominantemente urbano**. Mais de 2/3 da população do Planeta viverá em cidades ao fim da primeira década do próximo milênio, com todos os problemas que o crescimento desordenado, o aumento da pobreza e o impasse da circulação nas grandes metrópoles estão a prenunciar. Isso significa que os principais problemas ambientais do Planeta serão urbanos, atingindo principalmente os grupos sociais mais vulneráveis, como os **pobres, as crianças e os velhos**.

O que está em questão, na verdade, é **qual o futuro que queremos construir e a quem ele pertence**. Ou seja, qual o modelo de desenvolvimento que queremos. É aí que se encontram as questões sociais com as do meio ambiente, e elas estão próximas como nunca estiveram. **Não é possível fazer qualquer projeção de futuro para a humanidade sem colocar nesta equação o meio ambiente**, ou melhor, a construção de uma relação adequada entre o ser humano e a natureza que o cerca, com essa magnífica constelação de formas de vida que não pode somente ser vista como “recursos naturais”. Pode-se arriscar dizer que **a questão ambiental tenderá a ser, nesses tempos pós-Guerra Fria, um dos principais aglutinadores de Grupos de Interesse no mundo**.

É importante situar aqui duas características do atual momento mundial: o **fortalecimento dos Governos Locais**, que é a esfera de poder onde o cidadão “enxerga o Estado”, desenvolvendo uma relação direta com os governantes, e a **emergência do chamado “terceiro setor”**, as Organizações não-governamentais, em geral sustentadas pelo trabalho voluntário, que tem proliferado em todo o mundo, em todas as áreas, inclusive, em muitos casos, assumindo o papel que deveria ser cumprido pelos governos.

O conceito de **desenvolvimento sustentável** foi construído no início da década de 70, a partir de uma contradição entre o vigoroso crescimento econômico do pós-guerra e o discurso de alerta dos movimentos ambientalistas, chamando a atenção para o risco de destruição do Planeta. A partir daí, começou-se a trabalhar com a idéia de um modelo de desenvolvimento que “atendesse às necessidades do presente sem comprometer a qualidade de vida das gerações futuras”.

A **ECO-92** foi o mais importante acordo de cúpula de todos os tempos, reunindo os Chefes de Estado de 179 países, além de um grande número de lideranças populares, ambientalistas e comunitárias reunidos no Fórum Paralelo das ONG's. Firmou importantes

acordos, orientados pelo paradigma do desenvolvimento sustentável, quais sejam: a Agenda 21, a Convenção da Biodiversidade, a Convenção das Mudanças Climáticas, e a Declaração de Princípios sobre Florestas. À exceção da Agenda 21 e da Declaração sobre Florestas, esses acordos deveriam ter sido transformados em lei pelos países signatários. No entanto, a maioria dos países não vem cumprindo esses acordos na sua integralidade, e nem demonstrando disposição de fazê-lo no futuro, dadas as dimensões econômicas que essas questões envolvem. Para se ter uma idéia, a Convenção sobre Mudanças Climáticas previa o congelamento das emissões atmosféricas aos níveis de 1990, e os EUA não somente não a estão cumprindo, como estão propondo o que se chama **Joint-Implementation**, ou seja, **comprar o direito de poluir**, destinando dinheiro aos países pobres para projetos ambientais. Os países desenvolvidos são responsáveis por 82% das emissões que causam o Efeito Estufa, sendo que **somente os EUA respondem por 29% do total**. Às vésperas da Assembléia Geral das Nações Unidas, 130 indústrias americanas publicaram matéria paga de três paginas no Wall Street Journal solicitando “mais debate e menos pressa” em relação ao Acordo para a Proteção do Clima, que terá uma Conferência decisiva no final de 1997, em Kyoto, no Japão. **Do total de 140 bilhões de dólares que os países ricos comprometeram-se a investir após a Cúpula da Terra, somente um bilhão foi repassado aos países pobres.**

Ainda que genérica em muitos aspectos, omissa em relação a outros, como a responsabilidade das corporações transnacionais e, sobretudo, destituída de uma análise política necessária para um diagnóstico mais consequente, a **Agenda 21** foi o mais importante compromisso firmado na RIO-92. É um programa de ação para implementar um modelo de desenvolvimento, que propicie o manejo sustentável dos recursos naturais e a preservação da biodiversidade, resguardando a qualidade de vida às gerações futuras. É dividida em quatro seções: **Dimensões Sociais e Econômicas**(relação entre meio ambiente e pobreza, saúde, comércio, dívida externa e consumo e população), **Conservação e Gerenciamento dos Recursos Para o Desenvolvimento**(maneiras de gerenciar os recursos naturais para garantir o desenvolvimento sustentável), **Fortalecimento dos Principais Grupos Sociais**(formas de apoio a grupos sociais organizados e minoritários que colaboram para a sustentabilidade) e **Meios de Implementação**(financiamento e papel das entidades governamentais e não-governamentais). As seções dividem-se em 40 capítulos, sobre as mais variadas áreas, como saúde, educação, meio ambiente, saneamento, habitação, assistência social, etc. **A Agenda 21, portanto, não é somente uma agenda ambiental: é uma agenda para o desenvolvimento sustentável**, que prevê ações concretas a serem implementadas pelos Governos e sociedade civil, em todos os níveis(federal, estadual e local).

Como envolve mudanças na nossa matriz de desenvolvimento, **a Agenda deve ser construída necessariamente com intensa participação da sociedade**, através de mecanismos de democratização do Estado, como os Conselhos Populares ou o Orçamento Participativo. Além disso, tem como questões chave a Cooperação, a Educação, o Planejamento, a Capacitação Para o Gerenciamento e a Democratização da Informação. **A Agenda 21 ataca a questão da pobreza, das desigualdades Norte-Sul, dos padrões de consumo, e descarta a noção de que a regulação pelo mercado possa resolver a necessidade de políticas direcionadas de integração entre as questões ambientais, sociais e econômicas.**

Embora um número razoável de países tenha tomado algumas iniciativas, a maioria dos Governos Federais não tem feito muito esforço para a construção da agenda 21. Em geral, **são os Governos Locais que tem tomado a iniciativa**. No mundo todo, temos cerca de **1800 cidades** com processos de Agenda Local em andamento, sendo que na Inglaterra 70 % das cidades já o estão fazendo. Mas não é só lá: em países pobres como a Bolívia ou as Filipinas esse processo está bastante avançado. Um dos principais agentes de impulsionamento da Agenda Local é o

ICLEI(Conselho Internacional para Iniciativas Ambientais Locais), sediado no Canadá, através de iniciativas como a Rede de Cidades para a Proteção Climática, o Programa Comunidades Modelos e a divulgação das Melhores Práticas Ambientais dos Governos Locais.

4. A POLÍTICA AMBIENTAL DO GOVERNO FHC

O Governo FHC, orientado pela visão neoliberal tem sido responsável por aprofundar o enfraquecimento do Sistema Nacional de Meio Ambiente, que já vinha se verificando desde o Governo Collor. O SISNAMA está desmantelado, com um quadro de dispersão político-administrativa que impossibilita que a questão ambiental tenha a estatura devida às necessidades do Brasil de hoje. **O Ministério do Meio Ambiente, comandado pelo senhor Gustavo Krause, dirige 95% de seus recursos para a área de irrigação no Nordeste**, atendendo aos interesses político-eleitorais do Ministro, estando longe de se constituir no órgão gerenciador da política ambiental no país. O **IBAMA** está entregue à dinâmica da política regional, totalmente desmantelado e com seus Superintendentes Regionais subordinados à lógica dos interesses políticos das lideranças políticas locais, em especial dos madeireiros no Norte do país.

Os **órgãos ambientais estaduais** vivem um quadro de enfraquecimento significativo, perdendo a importância histórica que já tiveram no Sistema Nacional, por exemplo, órgãos como FEEMA, CETESB, IAP/Paraná, FATMA/SC e outros. O CONAMA está sendo progressivamente esvaziado, e o resultado é, com raras exceções, um quadro de descontrole em relação à questão ambiental, que tem sua face mais perversa na instalação das madeireiras asiáticas na região amazônica, com a retomada de um ritmo assustador de desmatamento e quase toda a madeira saindo de forma clandestina do país. A demonstração desse quadro foi a posição brasileira na 10 Conferência da Convenção Internacional sobre Espécies Ameaçadas, onde a delegação brasileira defendeu a exclusão do mogno da lista das espécies ameaçadas de extinção, juntamente com a Malásia, ficando ridicularizado a nível internacional.

No que diz respeito aos compromissos assumidos na RIO-92, **somente às vésperas da RIO+5 o Governo Federal constituiu uma Comissão Interministerial para o Desenvolvimento Sustentável para discutir a Agenda 21 Nacional**, sendo que os representantes da sociedade civil foram escolhidos pelo próprio Governo, e não se percebe disposição política no sentido de um processo efetivo de construção das agendas em todos os níveis. A linha do Governo é destacar o que já vem sendo feito no Brasil, recolhendo as experiências das ONGs e dos Governos Locais e apresentando-os a nível internacional como se estivessem articulados com uma política federal. Foi assim com a Consulta Nacional "100 Melhores Práticas de Desenvolvimento Sustentável, lançado às vésperas da RIO + 5, e com o relatório apresentado por FHC no Plenário da ONU, que foi elaborado às pressas, tendo a Comissão de Desenvolvimento Sustentável apenas 10 dias para apreciar o texto proposto pelo Governo.

5. O PT E OS MOVIMENTOS AMBIENTALISTAS

No início de 1997, o Ministério do Meio Ambiente promoveu uma pesquisa a nível nacional que apontou, entre outras coisas, que a consciência ambiental do brasileiro cresceu significativamente em relação a 1992. Quase 2/3 da população não aceitam a poluição como preço para garantir seus empregos, e 47 % das pessoas entendem que o meio ambiente deve ter prioridade sobre o crescimento econômico. Um dos dados mais significativos da pesquisa é que **mais de 80% da população tem grande simpatia pelas organizações que atuam na defesa do meio ambiente.**

Tem crescido enormemente o número de organizações não-governamentais ambientalistas ou ongs sociais envolvidas com a questão ambiental. No auge da ECO-92, o **Fórum Brasileiro de ONGs** chegou a cadastrar 1500 entidades. No seu processo de recadastramento, na fase preparatória da RIO+5, o Fórum retomou o contato com cerca de 300 entidades, num processo de reorganização que agora terá continuidade, numa tentativa do Fórum em dar maior organicidade a sua estrutura. A CUT tem cumprido papel importante nesse processo, através de sua Comissão Nacional de Meio Ambiente.

A maioria das ONGs brasileiras hoje agrega a sua característica de entidade de luta ambientalista à vinculação a projetos, em geral financiados por organismos internacionais e de intervenção direta em áreas como a gestão de unidades de conservação e outros.

Observa-se no entanto um **quadro de desmobilização das entidades, dificuldade para renovação dos seus quadros dirigentes e pouca capacidade de unidade na luta.** E preciso que o PT incida sobre o movimento no sentido de repolitiza-lo, chamando a atenção para a necessidade de **articular a luta ecológica com a construção de uma nova agenda para o desenvolvimento.**

Ao mesmo tempo, na intervenção dos petistas é necessário manter uma clara distinção entre o movimento, partido e governo, reservando a necessária autonomia a essas diferentes esferas, ao mesmo tempo em que se garante que o Partido tenha propostas e intervenção concreta em todas elas.

6. RESOLUÇÕES TEMÁTICAS:

6.1. PROÁLCOOL

O Programa Nacional do álcool, Proálcool, criado em 1975, já consumiu R\$ 11 bilhões e sustenta uma dívida superior a R\$ 9 bilhões. Enquanto os usineiros e fornecedores de cana enriqueceram as custas destas verbas, os trabalhadores do setor canavieiro se constituem num grupo de gente sem casa, sem terra, com salários miseráveis, sem nenhuma garantia trabalhista. As crianças são obrigadas a trabalhar para aumentar a renda da família. Só em Pernambuco, de cada 10 trabalhadores da cana, 3 são crianças. Existem mais de 30 mil crianças nesta situação no estado de Pernambuco. Mais de 50 mil em Alagoas.

Quanto à questão ambiental, preocupa a monocultura, porque elimina a biodiversidade e agride os solos. Entretanto, a lavoura faz a troca permanente de CO² por Oxigênio e o álcool é menos poluente que a gasolina. Apesar que isso não resolve o caos ambiental em que se transformam as grandes cidades do país. É importante porque amplia a matriz do país, oferece segurança energética com relação às reservas de energia não-renováveis do planeta e segurança política, uma vez que não depende dos conflitos no Oriente.

Mas será necessário rever a produção de combustíveis líquidos no país. O mesmo governo que criou o Proálcool, reduzindo a necessidade de gasolina, investiu pesado na produção interna de petróleo, em propecção e em Pólos Petroquímicos. O que aconteceu foi um excedente de gasolina não aproveitado, reduzindo o seu preço e elevando o do álcool.

A SMAD recomenda:

- Que o PT defenda o Proálcool (especialmente o anidro, adicionado à gasolina), integrado à política de transportes do país, associado à reforma agrária e à mitigação de seus impactos sócio-ambientais.
- Que o PT formule e proponha programas de diversificação agrícola em áreas dominadas pelo complexo sucroalcooleiro.
- Que se pressione o governo pelo fim da queima de canaviais e que se exerça maior controle sobre o uso de produtos químicos nesta lavoura e sobre a devastação das matas ciliares.
- Que o governo estabeleça uma política específica para melhorar o nível de formação profissional dos trabalhadores deste setor, garantindo condições de trabalho dignas.
- Que o PT pressione e proponha ao governo um programa de renda mínima que retire a criança do trabalho e garanta sua educação.
- Que o Proálcool seja mantido por um imposto verde ou ambiental (cobrado do consumidor de gasolina) e da cobrança do Programa de Assistência Social (PAS), percentual já definido em lei, para ser retirado da produção de açúcar, álcool e cana-de-açúcar.
- Que o PT lute pela criação de Comissões Paritárias com a participação de governos municipais, sindicatos, entidades patronais e comunitárias, com a finalidade de gerir democraticamente o PAS

6.2. TRANSPORTES

A crise do atual modelo urbano requer esforço de organização do transporte público. Congestionamento crônicos, queda da mobilidade e da acessibilidade, elevação dos tempos de viagem, degradação ambiental, altos índices de a cidades de trânsito são cenários presentes em muitas cidades brasileiras.

O modelo atual de transporte urbano gera grandes deseconomias com graves custos sociais. As maiores cidades brasileiras e de países em desenvolvimento foram transformadas em espaços eficientes para automóveis. A frota de automóveis se ampliou, alardeada como única alternativa eficiente de deslocamento. O sistema viário foi adaptado e ampliado e órgãos governamentais foram criados para garantir boas condições de fluidez, formando a base da cultura do automóvel, drenando incalculáveis recursos.

De bem imprescindível o transporte público transformou-se em mal necessário para quem não tem acesso a automóveis. De solução, o sistema de transporte público passou a ser problema, declinando sua eficiência, confiabilidade e importância diante de outras demandas públicas. O impacto do modelo de incentivo ao uso do transporte individual na economia é enorme, considerando-se, por exemplo, as cerca de 2,4 milhões de horas por dia desperdiçadas com a elevação dos tempos de viagem na região metropolitana de São Paulo.

Aliás, em Istambul, São Paulo foi denifida como um exemplo de “anti-cidade”. Ela vive hoje um paradoxo. Enquanto transita da vocação industrial para o setor de serviços, que exige maior deslocamento da população, os investimentos públicos continuam privilegiando o transporte individual em lugar do coletivo. Nos últimos 5 anos, foram investidos mais de 3 bilhões de reais em obras neste sentido. Se somassem a esses recursos o valor previsto de 1 bilhão reais para a construção um Rodo-anel em volta da cidade, já seria suficiente para quase triplicar a linha de Metrô da cidade, passando dos atuais 43 quilômetros para 113, em pouco tempo.

Tudo isto é perverso sob o aspecto social, limitando os direitos de deslocamento e acessibilidade dos segmentos menos favorecidos e desfigurando o ambiente urbano.

Os reflexos deste modelo fazem-se valer, além da queda na qualidade do transporte público, no aumento da poluição atmosférica e no aumento generalizado dos acidentes de trânsito, conformando grave problema de saúde pública e previdenciário. Para atender a demanda crescente do uso do automóvel ocorrem contínuas adaptação e ampliações do sistema viário, freqüentemente com custos elevados e a violação das áreas residenciais e de uso coletivo, bem como a destruição do patrimônio histórico e arquitetônico.

A relevância destes impactos negativos requer com urgência um reexame do modelo atual de transporte das cidades brasileiras, de forma a relacionar o transporte público com o desenvolvimento urbano e as políticas sociais. Para tal é necessário apoio político, financeiro e técnico. Mas também é necessário a crítica e a oposição às políticas urbanas e de transporte que prejudiquem a reorganização das cidades em moldes mais equitativos e que preservem a qualidade ambiental.

A essência desta atitude é detalhada em projetos como o *Transporte Humano*, conformando as bases de enfrentamento dos grandes desafios do transporte público e a tese do *Não-Transporte*, onde configuram-se proposições alternativas às formas tradicionais da administração das questões dos deslocamentos urbanos.

Na verdade, a situação das cidades no Brasil se ajusta historicamente à prioridade dada ao *rodoviarismo*, a partir da década de 60, que relegou a um segundo plano outras alternativas como o transporte fluvial e ferroviário.

A SMAD recomenda:

- Que o PT, construído a partir do ABCD Paulista, onde vicejou a indústria automobilística nacional, inicie uma ampla discussão sobre o modelo rodoviarista e de automóvel particular, em torno do qual se estruturou o desenvolvimento nacional.
- Que se implemente uma política de incentivo ao transporte coletivo em detrimento do transporte individual motorizado.
- Que o PT implemente ações que busquem reduzir a necessidade de deslocamentos motorizados, melhorando a qualidade de vida e reduzindo a emissão de poluentes na atmosfera.
- Que o PT contribua para o (re)aproveitamento dos transportes fluvial e ferroviário no país, pressionando o governo a implementar programas com esta finalidade

6.3. ENERGIA NUCLEAR

O programa nuclear brasileiro foi construído com muitas irregularidades, ignorância e desperdício de dinheiro. A construção de Angra I e a retomada de Angra II são assunto do Tribunal de Contas da União que não consegue fechar as contas. Na “usina-vagalume” (Angra I) e em Angra II estão sendo investidos US\$ 1,4 bilhão. Na verdade, não há controle sobre estes gastos.

Não se pode esquecer que as usinas nucleares fazem parte do projeto das pirâmides. Isto é, obras que beneficiam as grandes construtoras e os grandes corruptos deste país. Elas se juntam às imensas hidrelétricas, ponte Rio-Niterói, transamazônica. É saudosismo - no pior sentido - do Brasil do milagre.

A questão nuclear tem dois aspectos insustentáveis: segurança e destino dos resíduos. Segurança não há. Não é preciso citar Chernobyl ou Goiânia, Angra I é um exemplo de que segurança falha. Quanto ao lixo nuclear, o argumento é científico: até hoje os cientistas não descobriram alternativa viável e segura para acondicionar os resíduos das usinas, de pesquisa, de hospitais. Já se propôs desde acondicionar em minas de sal abandonadas até despachar num foguete para o espaço. Tudo é caro e muito perigoso.

A SMAD recomenda:

- Condenar o programa nuclear brasileiro.
- Condenar a construção de usinas nucleares, incluindo a retomada de Angra II.
- Propor a construção de mini-hidrelétricas.
- Propor a pesquisa de formas alternativas de geração de energia.

6.4. IBAMA/MMA

Em recente entrevista à revista Veja, o presidente do IBAMA, Eduardo Martins, faz sérias acusações às ONGs e a senadora Marina Silva. Denuncia a inexistência de uma política ambiental no governo federal, critica a inclusão do setor de irrigação no Ministério do Meio Ambiente e diz que o anúncio do Proálcool foi precipitado.

Quanto aos comentários que faz sobre o governo, o presidente do IBAMA deveria tomá-los como autocrítica, já que, se faz parte do governo, também assina embaixo.

Quanto às ONGs, faz acusações generalizadas e improcedentes, especialmente referente à sujeição às pautas internacionais, porque são financiadas por instituições estrangeiras. Esquece, no entanto, que o IBAMA é quem recebe a maior soma de recursos financeiros do exterior. Comparado com as ONGs, esse valor ultrapassa a soma de todas em muito.

Quanto à senadora do PT do Acre e secretária da SMAD, Marina Silva, as acusações são graves e sem fundamento, como já ficou claro por inúmeras respostas de entidades e lideranças políticas do país, até mesmo dos partidos de apoio do governo no Congresso. Aliás, o próprio presidente do IBAMA já se retratou perante a senadora.

A SMAD recomenda:

- Que o PT exija a abertura de um amplo processo de debate sobre a política ambiental, em nível federal, envolvendo todos os segmentos interessados.
- Que se proceda a uma ampla reformulação dos órgãos ambientais do governo, a partir deste processo participativo, ajustando-os à prioridade de um desenvolvimento sustentável com justiça social.
- Que o PT lute pela retirada da área de irrigação da esfera ambiental, concentrando os recursos necessários à implementação de uma política ambiental.

6.5. MOGNO E QUESTÃO FLORESTAL

Em recente Conferência das Partes da Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies Ameaçadas, o governo brasileiro adotou uma posição vergonhosa de exclusão do mogno entre as espécies, cujo comércio internacional, mereceria cuidados especiais. Nada diferente do que o mesmo governo diz que está fazendo internamente, e coerente com a atual legislação nacional, que procura proteger as florestas da exploração insustentável de madeira.

Os acordos espúrios feitos pela delegação brasileira com outros países, em troca de votos, como a venda de tartarugas por Cuba, a caça ao marfim na África, entre outros, demonstra a força dos grupos madeireiros na Amazônia. A AIMEX (Associação das Indústrias de Madeira para Exportação do Pará) era a única “não-governamental” presente na delegação oficial brasileira. Fica a impressão de que integrantes do governo queiram acobertar atividades irregulares de setores madeireiros no país.

A SMAD recomenda:

- Que a bancada federal e os DRs da Amazônia acompanhem a exploração desta madeira na região e denuncie o contrabando e a exploração de comunidades locais ou a existência de relações de trabalho indignas.
- Que a bancada federal apoie o projeto de lei do Dep. Gilney Viana, que propõe uma moratória de 5 anos na exploração desta espécie.

5.6. MADEIREIRAS ASIÁTICAS

É cada vez mais expressiva a entrada de madeireiras asiáticas na Amazônia, sem que sequer tenhamos uma política florestal efetiva, que seja capaz de controlar a exploração madeireira mesmo de empresas nacionais.

Recentemente, o IBAMA invalidou cerca de 70% das guias de licenciamento para corte de mogno e virola, reconhecendo erros do próprio órgão neste procedimento. Se somar a isso o contrabando, sobre o qual o governo não tem controle nem números, pode-se entender que a Amazônia está sendo saqueada graças a uma política de descontrole proposital. Como entender então a inexistência de um zoneamento ecológico-econômico até os dias de hoje?

O governo, por outro lado, reconhece e incentiva de maneira irresponsável a tendência que faz a Amazônia se transformar, como já se inicia, no maior fornecedor de madeira tropical ao mercado internacional, sob os auspícios de madeireiras asiáticas, que, após devastarem a Malásia, a Indonésia e outros países da região, aportam a sua tecnologia “devoradora” no Pará, Amazonas e nas Guianas. É por isso que a Malásia, de acordo com o Brasil, apresentou e defendeu “desinteressadamente” o voto contrário à inclusão do mogno no apêndice 2 do CITES, em Harare, no último mês de junho.

A SMAD recomenda:

- Que a Bancada Federal e o PT dê todo apoio à Comissão das Madeireiras Asiáticas, presidida pelo Dep. Gilney Vianna, na Câmara dos Deputados.
- Que os DRs da Amazônia, especialmente do Pará e do Amazonas, acompanhem esses fatos e estabeleçam alternativas locais de controle e denúncia, se possível, organizando seminários e/ou encontros estaduais/regionais, com todos militantes petistas, de outros partidos e entidades interessadas no tema.

5.7. CONAMA

O CONAMA (Conselho Nacional de Meio Ambiente) está sendo esvaziado a tempos por este e os governos anteriores. Neste ano, o Ministro do Meio Ambiente convocou apenas uma reunião argumentando que não há pauta. Na verdade, esta atitude mostra a disposição do governo em seguir com uma **“política de omissão ambiental”**. Para tanto precisa afastar os movimentos ambientalistas das decisões.

Apesar disso, é importante reconhecer a necessidade de reformulação deste conselho, que precisa ampliar seu enfoque para a questão do desenvolvimento econômico-social em bases sustentáveis, além de repensar algumas representações como a das Confederações de Trabalhadores da Indústria e do Comércio que não tem hoje a mesma representatividade das Centrais Sindicais.

A SMAD recomenda:

- Que o PT, através da Executiva da SMAD e da Bancada Federal, comece a propôr e estudar juntamente com os movimentos ambientalistas um novo formato para o CONAMA, elaborando e apresentando um novo projeto lei a este respeito.

- Que o PT repudie publicamente a postura do governo de esvaziamento do CONAMA, exigindo a convocação das 4 reuniões ordinárias anuais.

6.8. ORÇAMENTO PARTICIPATIVO E A QUESTÃO AMBIENTAL

Considerando a importância crescente do Orçamento Participativo na definição da alocação dos recursos públicos nas administrações do PT e coligados, envolvendo também os temas relacionados com meio ambiente e qualidade de vida.

Considerando também o papel importante da questão ambiental por vir a ter no esforço para ampliar-se as experiências de planejamento de políticas públicas de longo prazo, que contribuam para a superação da compartimentalização das instâncias públicas,

A SMAD recomenda:

- Que as administrações do PT e coligados enfatizem esse papel aglutinador e abrangente da esfera ambiental que, assim como outras áreas, pode contribuir para o debate mais integrado e de longo alcance sobre o município ou o estado, vistos como um “organismo” ou um “ecossistema”.

6.9. CONSELHOS E ÓRGÃOS DE MEIO AMBIENTE

Considerando que, apesar das boas experiências petistas nas administrações locais, ainda persistem dificuldades localizadas, referentes à gestão participativa na área ambiental, onde não se constituíram conselhos de meio ambiente ou se formaram de maneira inadequada, sem paridade governamental e não-governamental, com ingerência de governos sobre as indicações da sociedade civil e outras deformações.

Considerando a importância destes conselhos na formulação democrática de políticas e no necessário fortalecimento da sociedade civil diante da alternância entre grupos e partidos nos governos.

E considerando que estes conselhos precisam estar articulados com secretarias de meio ambiente e desenvolvimento.

A SMAD recomenda:

- Que as administrações petistas e coligados criem e/ou fortaleçam os conselhos municipais e estaduais de meio ambiente, se possível, ampliando seu enfoque para a questão do desenvolvimento, superando, portanto, a tendência à primazia de agendas negativas e meramente “controlistas” ou preservacionistas, além do freqüente isolamento entre as demais áreas do governo.
- Que essas administrações criem, onde não existam, secretarias de meio ambiente associadas ao planejamento (participativo) e às políticas de desenvolvimento local.

6.10. POLÍTICA NACIONAL DA BORRACHA

Considerando a tramitação do projeto de lei (nº 26, no Senado, e 3.100, na Câmara) do governo que revoga toda a política da borracha, hoje completando 30 anos.

Considerando ainda que o governo, embora pressionado por seringueiros da Amazônia, procura atender os interesses da indústria de pneumáticos, que busca a total desregulamentação do mercado nacional de borracha.

E considerando ainda a importância desta atividade extrativista na manutenção dos trabalhadores na floresta amazônica, na conservação da qualidade de vida para essas populações e da própria floresta,

A SMAD recomenda:

- Que a bancada federal emende onde for necessário este projeto, evitando o aumento da importação de borracha do oriente, que poderá comprometer a atividade extrativista na Amazônia.
- Que o PT colabore com os seringueiros, através de suas entidades, na mobilização para pressionar o governo a reconhecer nesta lei e em outras iniciativas, o importante serviço ambiental que esses trabalhadores prestam à conservação da floresta e de sua megadiversidade biológica.
- Que o PT ajude a pressionar a indústria de pneumáticos, inclusive através de seus trabalhadores e sindicatos, a cumprir a legislação e a comprar a borracha da Amazônia.

6.11. BIODIVERSIDADE (Pronabio e Lei de Acesso)

Considerando a importância da contribuição do PT que, através do projeto de lei da senadora Marina Silva, que regulamenta o acesso a recursos genéticos e, com isso, procura reduzir a prática da “biopirataria” no país;

Considerando a necessidade de se definir políticas efetivas de uso sustentável e conservação da biodiversidade de maneira participativa;

A SMAD recomenda:

- Que a bancada federal acompanhe e interfira diretamente no debate sobre o projeto de lei em questão, que agora deve tramitar na Câmara dos deputados, ampliando o máximo possível o debate junto às comunidades locais, indígenas e tradicionais, entre outros setores interessados.
- Que os militantes petistas acompanhem e pressionem o trabalho do PRONABIO (Programa Nacional da Biodiversidade), no sentido de que formule, de maneira participativa, uma política nacional para esta questão adequada à sua conservação e ao desenvolvimento da pesquisa tecnológica nacional.

6.12. ORGANISMOS GENETICAMENTE MODIFICADOS (OGMS)

O Parlamento Europeu proibiu a entrada nos países que o constituem de sementes, produtos ou subprodutos obtidos por engenharia genética. A razão é simples: não se sabe os males que podem causar à saúde humana e ao meio ambiente.

No Brasil já foi iniciado o plantio de milho e soja, com aprovação do Governo, através da Comissão Técnica de Biossegurança, em caráter experimental.

A SMAD recomenda:

- Que o PT seja contrário ao plantio e comércio de produtos ou subprodutos de alimentos obtidos da engenharia genética, enquanto não houver um laudo científico comprovando que não causa prejuízos à saúde pública e ao meio ambiente.
- Que a bancada federal apoie e agilize a tramitação do PL 2.908/97 de Valdeci Oliveira (PT-BA), o do deputado Fernando Ferro (PT-PE) e da senadora Marina Silva, neste sentido.
- Que se oriente as administrações municipais e estaduais petistas para que estabeleçam legislações neste sentido.

6.13. PT E O CERRADO

O bioma Cerrado compreende um quarto do território nacional com problemas ambientais e sociais cusados por desmatamento, queimada, expansão da fronteira agrícola e perda da biodiversidade. Apesar disso, não tem sido priorizado na agenda ambiental brasileira e internacional, apenas porque os seus problemas ecológicos contam com pouca visibilidade social e política.

A SMAD recomenda:

- Que seus governos municipais e estaduais, onde exista ocorrência de Cerrado, formulem, promovam e executem, em parceria com as comunidades locais, os movimentos e a comunidade científica, políticas e mecanismos públicos voltados à preservação e ao desenvolvimento sustentável das áreas de Cerrado.

6.14. EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A educação é universal e não precisa ser adjetivada. A educação, em qualquer nível, que não integre as noções de democracia, direito à diferença, respeito étnico e cultural e tantos outros princípios deste final de século, não pode mais ser considerada educação. Entretanto, a luta pelo aprimoramento permanente da educação, implica na mobilização de ações específicas. A educação ambiental é um desses campos. Muito do que a SMAD faz entre seus militantes e também junto ao partido e à sociedade é educação ambiental.

A SMAD recomenda:

- Que os militantes e simpatizantes do PT participem e divulguem os resultados do IV FÓRUM DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL e o I ENCONTRO DA REDE BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, a realizar-se em Guarapari, nos dias 5 a 8 de agosto de 1997, com apoio de várias ONGs e do Governo do Espírito Santo.

6.15. AGROTÓXICOS

O Brasil gastou mais de US\$ 1,7 bilhão com agrotóxicos no ano passado. É o quarto ou quinto maior consumidor do planeta. Joga na terra, na água e no ar, aproximadamente 200 mil toneladas de pesticidas por ano.

Apesar disso, o Governo não sabe quantos nem quais são os trabalhadores contaminados por agrotóxicos. Não lhe interessa, uma vez que órgãos como Ministério da Saúde, Meio Ambiente e Agricultura, Emater e Ibama, se rendem aos interesses de transnacionais fabricantes de agroquímicos.

Existe lei, mas não é cumprida. Existem dezenas de produtos cancerígenos e mutagênicos livremente comercializados, difundidos pela extensão rural. O receituário agrônômico não é respeitado e os trabalhadores continuam adoecendo e morrendo contaminados, sem nem saber a origem dos males que lhes acometem.

A SMAD recomenda:

- Que as administrações do PT e coligados estabeleçam critérios rigorosos para o controle sobre a produção, a venda e a utilização de agrotóxicos na região.
- Que sejam desenvolvidas nas regiões sob administração petista propostas alternativas de produção agroecológica.
- Que estas administrações desenvolvam legislações que restrinjam e coloquem sob controle a produção, a comercialização e o uso dos agrotóxicos.
- Que todo o PT, a Bancada Federal e os militantes apoiem o Projeto de Lei nº 2.336/96, do deputado Fernando Ferro (PT-PE), que obriga o empregador a realizar exames periódicos de saúde no trabalhador exposto a agrotóxicos.

6.16. RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

O acesso à informação está assegurado na Constituição brasileira. No entanto, formaram-se monopólios na comunicação, propriedade de grupos ligados às elites históricas do país. Neste final de século, com a globalização da economia, esses grupos de comunicação ajustam parcerias em escala planetária, aumentando mais ainda seu poder. A comunicação passa a ser exercida numa escala industrial, onde a questão social ou ambiental só aparecem na forma de mercadoria, portanto, sensacionalista e catastrófica. O indivíduo se vê perdido diante do gigantismo dos fatos que merecem destaque quando garantem audiência à vitrine de outras mercadorias, que financiam as primeiras.

Uma pequena, mas poderosa alternativa descoberta pela população é a radiodifusão comunitária - o rádio e a televisão sob controle da comunidade. Trata-se de uma inesperada brecha em meio ao cerco sobre a informação, deixando atônitos Governo, empresários e os políticos da direita. Aliás, é essa mesma direita que se organiza e, com maior poder aquisitivo, começa a trabalhar para ocupar este espaço.

Estima-se que existam 5 mil rádios de baixa potência no país, sendo que 1 mil, pelo menos, dentro dos critérios de "comunitária".

A radiodifusão é, de fato, a última grande proposta de democratização da comunicação neste final de século. Através desta mídia é possível se estabelecer uma forma clara, objetiva e sistemática de educação ambiental, política, cidadã, e, sobretudo, de liberdade.

A SMAD recomenda:

- Apoio integral do Partido dos Trabalhadores às rádios e televisões comunitárias.
- Desenvolvimento de um programa de incentivo à criação de rádios e televisões comunitárias, a partir das administrações petistas e dos diretórios regionais.

- Promoção de cursos teóricos e práticos sobre a instalação e operação de rádios e televisões comunitárias.
- Promoção de cursos sobre programação de rádios e TVs comunitárias, com ênfase para a questão cultural e política, resgatando a cultura brasileira e revelando o papel da indústria cultural.
- Apoio ao PL nº 2.701/97 do deputado Fernando Ferro (PT-PE) que regulamenta as televisões comunitárias.
- Acompanhamento ao Projeto de Lei nº 1.521/96 que regulamenta as rádios comunitárias.

5.17. MERCÚRIO

Considerando os graves impactos que o uso do mercúrio vem causando à saúde humana e ao meio ambiente;

A SMAD recomenda:

- Que a bancada federal realize uma audiência pública sobre o uso industrial do mercúrio em amálgamas, pilhas alcalinas, cloro soda, no garimpo de ouro e em outras atividades e produtos, estudando as possibilidades de substituição deste produto.
- Que o PT exija uma fiscalização rigorosa de atividades que envolvem o uso do mercúrio, pressionando para que se torne público os laudos e se punam criminalmente os responsáveis por danos ao ambiente e ao trabalhador.
- Que a bancada federal estude a legislação existente e apresente, se for o caso, projeto de lei que obrigue os fabricantes que utilizem mercúrio a anunciarem nas embalagens de seus produtos os riscos à saúde e ao meio ambiente, garantindo inclusive a disposição adequada dos resíduos. Que a bancada também apresente projeto de lei disciplinando a aquisição de mercúrio no país.

7. Propostas apresentadas pelos Grupos de Trabalho

Grupo 1 - Agenda 21 do PT

1. A elaboração da Agenda 21 do PT não deve ser encarada como um documento, mas como um processo permanente;
2. Devemos ser pragmáticos e propor políticas efetivas para o PT e para a sociedade;
3. Devemos aprofundar as discussões a partir de **temas, princípios e ações**;

4. Necessidade de resgatar documentos históricos do partido e sistematizá-los para a discussão da Agenda 21;
5. Fazer diagnósticos e cenários concretos da realidade;
6. A Agenda 21 do PT deverá incorporar a discussão da agenda social e, em particular, a agenda dos direitos humanos;
7. A formação de redes de comunicação por temas específicos seria uma contribuição estratégica para o enfrentamento do neoliberalismo;
8. As administrações do PT devem trabalhar pela implementação do planejamento integrado participativo, superando a discussão apenas do orçamento participativo;
9. Na Agenda 21 do PT devemos trabalhar em cima de pontos gerais, trabalhar a questão da linguagem e discutir isso dentro do partido para, aí então, discutirmos com a sociedade;
10. Apresentar uma proposta de Agenda 21 já para o Encontro Nacional do PT em agosto, a qual deverá incorporar a agenda social;
11. O projeto político estratégico do PT deve apresentar políticas pública duradouras e não apenas políticas de governo;
12. A discussão da Agenda 21 da Amazônia do Governo FHC deverá ser pautada pela SMAD e pelo PT;
13. As experiências bem sucedidas de implantação da Agenda 21 local devem ser sistematizadas pela SMAD e divulgada; (Ver 22)
14. A SMAD deverá traçar alguns pontos prioritários da Agenda 21 para serem então discutidos por todo o PT;
15. Deveremos incorporar as contribuições da massa de militantes na formulação da nossa Agenda 21;
16. O PT deve adotar o funcionamento em rede e a SMAD também. Nossa agenda poderia ser feita por uma rede;
17. A SMAD e o PT deverão fomentar um debate de financiamento alternativo para quebrar o sistema financeiro por dentro. Exmplos: Banco do Povo, economias familiares etc;
18. Criação do Fundo Popular Municipal para ajudar a questão ambiental;
19. A questão da Reforma Urbana deve ser popularizada e recuperada para o PT e para a sociedade;

20. Devemos levar como proposta a mobilização do debate local, tendo como referencial o eco-socialismo;
21. A SMAD deverá organizar um debate sobre conceitos de desenvolvimento com os economistas do PT antes do Encontro Nacional;
22. A SMAD deverá fazer a categorização das propostas e projetos locais implantados pelo PT e forças progressistas;
23. A SMAD deverá promover um Encontro Nacional das Administrações petistas sobre a questão ambiental;
24. A SMAD deverá trabalhar o simbólico da questão ambiental e enfrentar a política FHC, definindo, por exemplo, as cinco mentiras do Governo FHC;
25. A implementação da Agenda 21 nas administrações petistas deverá ser um orçamento próprio;
26. A SMAD deverá incorporar o tema: desenvolvimento socialmente justo e ecologicamente equilibrado (sustentável);
27. A SMAD e o PT deverão trabalhar a questão do marketing ambiental de forma agressiva;
28. A SMAD tem que afirmar a necessidade de ruptura com o atual modelo de desenvolvimento e discutir os grandes temas nacionais;
29. A SMAD deverá utilizar o site na Internet do PT;

Grupo 2 - Política Ambiental do Governo FHC e prioridades da bancada do PT para o Congresso Nacional:

1. A política ambiental do Governo FHC é subordinada, assim como todas as políticas sociais, ao modelo econômico neoliberal em curso no país;
2. O Sistema Nacional de Meio Ambiente está em colapso, tendo em vista o esvaziamento do CONAMA - Conselho Nacional de Meio Ambiente, o desmantelamento do Ministério do Meio Ambiente que hoje concentra a maioria de seus recursos orçamentários em projetos de irrigação e a desestruturação do IBAMA. A temática meio ambiente acaba sendo um apêndice no Ministério pela falta de prioridade do Governo para a questão;

3. O 4º Encontro Nacional da SMAD destacou os seguintes projetos e temas prioritários em tramitação no Congresso Nacional:

- Política da borracha (PL 26/97, no Senado ou 3100, na Câmara) - *com emendas do PT*;
- Projeto de Lei sobre Educação Ambiental, parado na Câmara - *Estudar o texto*;
- Estatuto do Índio (Câmara) - *Atualizar o texto*;
- Convenção 169 da OIT (Senado);
- Projeto de Lei sobre o SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Câmara) - *Rever o texto*;
- Projeto de Lei sobre Crime Ambiental (Câmara) - Manter o texto do Senado;
- Projeto de Lei sobre Acesso a Recursos Genéticos (Senado) - Aprovar com a contribuição das audiências públicas
- Projetos sobre OGM's (organismos geneticamente modificados) - Priorizar os projetos do Fernando Ferro e da Marina Silva;
- Projetos de Lei sobre Agrotóxicos da bancada do PT;
- Projetos de Lei sobre regulamentação de Rádios e TV's comunitárias;
- Aprofundar o debate sobre o PL de regulamentação de estações de caça no país - Ver com cuidado, projeto problemático;
- Apoiar a tramitação dos 5 projetos de lei sobre resíduos sólidos e aprovar substitutivo ao PL 203;
- Aprovar o Acordo Internacional sobre Combate à Desertificação;
- Projetos de Lei sobre renda mínima vinculados à educação;
- Boicotar o PL do Sen. José Serra que retira dos municípios a titularidade sobre os serviços de saneamento;
- Política florestal, principalmente o acompanhamento da Comissão sobre as Madeiras Asiáticas na Amazônia;
- hidrovía do Pantanal (Paraná-Paraguai): A SMAD sugere que a bancada fiscalize e amplie o debate sobre a este projeto;
- Elaboração de PL sobre a reestruturação do CONAMA - Conselho Nacional de Meio Ambiente

4. POLÍTICA AMBIENTAL DE FHC

Elaborar uma lista de mentiras ambientais do Governo FHC.

Proposta de lista:

- Proteção à biodiversidade;
- Política de recursos hídricos;
- Sistema Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, MMA e IBAMA;
- Política de Desenvolvimento Sustentável, Comissão de Desenvolvimento Sustentável e Agenda 21

Grupo 3 - O PT e os Movimentos Sociais

1. Criar um canal de comunicação da SMAD-PT com as ONGs, o governo e o Congresso Nacional
2. Ampliar a troca de experiências entre a SMAD e as demais secretarias e setoriais do PT
3. Organizar seminários que discutam a relação entre o partido e os movimentos ecologistas e sociais
4. Criar e fortalecer políticas ambientais no PT baseado nas resoluções das secretarias municipais, estaduais e nacional
5. Implementar a criação, através de lei, dos conselhos e fundos municipais/estaduais de meio ambiente, com caráter paritário e deliberativo, nas administrações do PT
6. Informar a bancada parlamentar sobre as resoluções da SMAD
7. Implementar a criação de comissões temáticas na SMAD, visando a organização de seminários, tais como: lixo, contaminação do ar e solo, direitos indígenas, proteção dos recursos naturais, entre outros.

INTRODUÇÃO

Foram distribuídos 80 (oitenta) questionários e recebidos de volta 34 (trinta e quatro), ou seja, 42,5% dos questionários entregues foram respondidos; levando-se em consideração que 93 (?) pessoas se inscreveram no encontro, e que a média de participação nos plenários e grupos de trabalho foram em torno de 45 pessoas, então foi muito boa a receptividade da proposta da elaboração do questionário no 4º Encontro Nacional do SMAD.

Torna-se necessário, entretanto, melhorar e aperfeiçoar o questionário, dentro das técnicas de levantamento de opinião, de modo que no próximo encontro possamos aferir com mais qualidade e precisão a opinião dos participantes dos encontros da SMAD.

Optamos pela sistematização dos dados e transcrição literal e integral das respostas dadas pelos entrevistados, em vez de fazermos comentários ou análises, por entendermos que os dados brutos tornará mais rico os debates futuros no interior do PT e possibilitará uma diversidade de interpretações e elaboração de textos.

Embora tenham sido respondidos 34 (trinta e quatro) questionários, há nos quadros de "Prioridades" e "Princípios" um total maior de indicações, respectivamente 38 (trinta e oito) e 44 (quarenta e quatro), porque as pessoas responderam em maior número o que foi perguntado, e resolvemos computar todas as respostas. No conjunto de "Perguntas Fundamentais para o PT" e "Mentiras da Política Ambiental do governo FHC" o número de respostas não correspondem ao que deveria ter sido, porque foram respondidas em número menor pelos entrevistados.

Saudações Ecosocialistas

ROSALVO DE OLIVEIRA JÚNIOR
COMISSÃO ORGANIZADORA DO 4º ENCONTRO NACIONAL DA
SECRETARIA NACIONAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO DO PT
SMAD

4º Encontro Nacional da Secretaria Nacional de Meio Ambiente e Desenvolvimento do PT - SMAD,
Brasília- DF julho de 1997; resultado do questionário realizado com os participantes do encontro;
responsável pela copilação dos dados Rosalvo de Oliveira Júnior.

PERGUNTAS FUNDAMENTAIS QUE O PT DEVERÁ RESPONDER

- 01) Por que a teoria não tem sido a prática nas administrações públicas petistas?
- 02) Por que o PT não assessora (colabora) com proposta de políticas sociais para prefeitura e parlamentares, principalmente os vereadores?
- 03) O PT tem condição de simplificar a discussão de agenda 21 para o povão?
- 04) O que é desenvolvimento sustentável?
- 05) O PT é socialista?
- 06) Como é ser Partido dos Trabalhadores no mundo globalizado, onde o trabalho não é o eixo central das relações sociais?
- 07) Por que os setoriais, que elaboram as propostas de políticas públicas para o PT, não são priorizadas, tendo estrutura e apoio partidário?
- 08) O que é desenvolvimento socialmente justo e ecologicamente sustentável para o PT?
- 09) Qual o padrão de consumo e o modelo de desenvolvimento desejado pelo PT?
- 10) Quando o PT vai deixar de ser um partido corporativo e passar a ser um partido socialista na essência?
- 11) Qual a posição dos economistas do PT referente a questão do desenvolvimento sustentável?
- 12) Não é o momento do PT voltar suas atenções para o resgate dos valores que originaram o PT?
- 13) Poderá o processo de avanço da participação popular ser compatibilizado com a vaidade pessoal do dirigente petista ou candidato aos cargos públicos?
- 14) Até quando os setoriais serão tratados de forma marginal nas estruturas decisórias do PT? Como superar a lógica das tendências mantendo o "direito" às tendências?
- 15) Como o PT enfrentará o desmantamento num amplo processo de Reforma Agrária?
- 16) Por que o PT não profissionaliza a Secretaria Nacional de Meio Ambiente e Desenvolvimento do PT - SMAD?
- 17) O PT vai continuar centralizando o projeto de governo - meio ambiente - sem fortalecer a Secretaria Nacional de Meio Ambiente e Desenvolvimento do PT - SMAD?

4º Encontro Nacional da Secretaria Nacional de Meio Ambiente e Desenvolvimento do PT - SMAD; Brasília julho de 1997; resultado do questionário realizado com os participantes do encontro; responsável pela compilação dos dados Rosalvo de Oliveira Júnior.

- 18) O que fazer para não permitir que uma casta burocrática domine o partido?
- 19) O que é desenvolvimento para o PT?
- 20) Por que a política pública de assistência social, que é a maior aglutinadora das populações em situação de exclusão social, e um setor que possibilita mobilizar e organizar a população, não tem para o PT importância devida?
- 21) Que Estado queremos para o Brasil? E para o mundo?
- 22) O que o PT entende ser preservação ambiental?
- 23) Por que o PT não associa a questão ambiental com a social?
- 24) O dinheiro resgata a vida dos meus companheiros que morreram ou foram intoxicado com mercúrio por está trabalhando em ambiente poluído?
- 25) Por que o PT não implanta programas de agroecologia em suas administrações?
- 26) Quando a direção das correntes do PT vão deixar a militância de base, setorial, etc, desacorrentada?
- 27) Como e quando a participação popular será decisória, e não apenas um instrumento para referendar decisões?
- 28) A concepção socialista do desenvolvimento sustentável é a social-democracia?
- 29) Qual é o Projeto Estratégico do PT para o Século 21?
- 30) Como compatibilizar desenvolvimento capitalista global com sustentabilidade?
- 1) O PT não deve refletir sobre sua tendência autofágica crescente, principalmente nas relações partido-governos petistas, e nas lutas pelo controle hegemônico das estruturas partidárias?

QUADRO DE PRINCÍPIOS

CLASSIFICAÇÃO	PRINCÍPIOS	NÚMERO DE INDICAÇÕES
1º	Participação	15
2º	Solidariedade	06
3º	3.1. Descentralização 3.2. Democracia	04 04
4º	4.1. Ética 4.2. Respeito 4.3. Mobilização Popular	02 02 02
5º	5.1. Desenvolvimento Sustentável 5.2. Popularização 5.3. Planejamento Descentralizado por Bacia 5.4. Transparência nas Decisões 5.5. Comunismo 5.6. Amor à Vida 5.7. Igualdade 5.8. Liberdade 5.9. Práticas Revolucionárias	01 01 01 01 01 01 01 01 01
TOTAL		44

4º Encontro Nacional de Meio Ambiente e Desenvolvimento do PT- SMAD; Brasília-DF julho de 1997; resultado do questionário realizado com os participantes do encontro; responsável pela copilação dos dados Rosalvo de Oliveira Júnior.

QUADRO DOS TEMAS PRIORITÁRIOS

CLASSIFICAÇÃO	TEMA	NÚMERO DE INDICAÇÕES
1º	Meio Ambiente Urbano	5
2º	2.1. Recursos Hídricos	4
	2.2. Educação	4
3º	3.1. Gestão Integrada de Recursos Naturais	3
	3.2. Geração de Emprego e Renda	3
	3.3. Planejamento Integrado Participativo	3
4º	4.1. Biodiversidade	2
	4.2. Desenvolvimento Regional	2
	4.3. Meio Ambiente	2
5º	5.1. Agroecologia	1
	5.2. Saneamento	1
	5.3. Demarcação das Terras Indígenas	1
	5.4. Autonomia dos Povos Indígenas	1
	5.5. Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE)	1
	5.6. Tomada de Decisões em Meio Ambiente	1
	5.7. Informação Ambiental	1
	5.8. Direitos Humanos	1
	5.9. Reforma Agrária	1
	5.10. Dinâmica Demográfica e Sustentabilidade	1
TOTAL		38

4º Encontro Nacional da Secretaria Nacional de Meio Ambiente e Desenvolvimento do PT - SMAD ; Brasília - DF julho de 1997; resultado do questionário realizado com os participantes do encontro; responsável pela compilação dos dados Rosalvo de Oliveira Júnior.

MENTIRAS DA POLÍTICA AMBIENTAL DO GOVERNO FHC

- 1) programa de biodiversidade (incluindo a aprovação da lei de patentes)
- 2) pró-álcool
- 3) questão florestal
- 4) participação democrática - Conama
- 5) transporte (hidrovias/ferrovias)
- 6) o mogno não está em extinção
- 7) o conceito de bacias é uma proposta do governo
- 8) o pró-álcool é sustentável
- 9) o governo tem prioridade em educação ambiental
- 10) falta de ética
- 11) falta de respeito a vida
- 12) falta de transparência (não há democracia)
- 13) a não sensibilidade de ver as grandes cidades (questão violência etc)
- 14) falta de respeito ao Brasil (o não respeito ao nosso patrimônio - Carajás por exemplo etc)
- 15) política para as florestas nacionais (processo de licitação para exploração de madeira que exclui os trabalhadores da floresta)
- 16) educação ambiental
- 17) recursos hídricos
- 18) as políticas de: saneamento, agenda 21, biodiversidade, transportes, Amazônia
- 19) estamos fazendo reforma agrária
- 20) estamos trabalhando para o Brasil
- 21) a privatização vai melhorar a vida do povo brasileiro
- 22) não sou (ele diz) candidato a reeleição
- 23) a reforma administrativa vai agilizar a administração estatal
- 24) prefiro as do PT
- 25) reforma agrária
- 26) proteção e preservação da Amazônia
- 27) política de crédito agrícola
- 28) a questão ambiental como prioridade
- 29) a legislação ambiental está sendo obcecada à risca
- 30) desenvolvimento econômico é igual ao desenvolvimento sustentável no governo
- 31) os órgãos ambientais (IBAMA, Polícia Florestal, etc) suprem e atuam
- 32) o governo é liberal e ouve os ambientalistas nacionais, inclusive do PT
- 33) dizer que é fundamental mas não tem recursos
- 34) dizer que a política de águas promove cidadania
- 35) dizer que tem relação com a política educacional oficial
- 36) dizer que preserva a cultura local
- 37) dizer que existem recursos acessíveis - burocracia extrema
- 38) Fernando Henrique se propõe ao Desenvolvimento Sustentável
- 39) Fernando Henrique adota a Agenda 21
- 40) o IBAMA faz fiscalização da exploração do mogno
- 41) o governo destina recursos à recomposição da cobertura florestal
- 42) FHC estrutura o Sistema Nacional de Meio Ambiente
- 43) emprego

4º Encontro Nacional da Secretaria Nacional de Meio Ambiente e Desenvolvimento do PT - SMAD; Brasília julho de 1997; resultado do questionário realizado com os participantes do encontro; responsável pela copilação dos dados Rosalvo de Oliveira Júnior.

- 44) preservação do meio ambiente
- 45) educação e saúde
- 46) comunidade solidária
- 47) reeleição
- 48) reforma agrária (não assentamento)
- 49) emprego
- 50) meio ambiente
- 51) fortalecimento da indústria nacional
- 52) investimento saúde
- 53) preocupação com o meio ambiente
- 54) investimento com o meio ambiente
- 55) investimento com despoluição da água
- 56) agenda 21
- 57) biodiversidade
- 58) habitação
- 59) conhecimento
- 60) política de comercialização mogno
- 61) participação popular
- 62) falência do sistema ambiental
- 63) o desmonte do Estado
- 64) modelo de consumo imposto pela política governamental
- 65) falta de financiamento para gestão ambiental
- 66) comissão de Desenvolvimento Sustentável
- 67) compromisso com a qualidade ambiental do planeta
- 68) orçamento para o meio ambiente
- 69) fiscalização e órgãos fiscalizadores do meio ambiente (IBAMA, MMA)
- 70) política ambiental internacional
- 71) política ambiental do IBAMA
- 72) reforma agrária
- 73) agenda 21
- 74) emprego
- 75) biodiversidade - preservação da Amazônia, Mata Atlântica
- 76) a CETESB de São Paulo informou para o DRT de São Paulo que uma fábrica de lâmpadas está sobre controle.
- 77) lei de patentes (troca da nossa biodiversidade)
- 78) política para extração de madeira
- 79) devastação da caatinga e cerrado em nome da agricultura
- 80) questão indígena (segura o estatuto; documento que permite o contraditório)
- 81) questão nuclear
- 82) falta de um planejamento do desenvolvimento sustentável
- 83) política biodiversidade precária
- 84) IBAMA desmontado
- 85) CONAMA imobilizado
- 86) terceirização para ongs na lógica do clientelismo político
- 87) reforma agrária
- 88) geração de empregos
- 89) biodiversidade

4º Encontro Nacional da Secretaria Nacional de Meio Ambiente e Desenvolvimento do PT - SMAD; Brasília julho de 1997; resultado do questionário realizado com os participantes do encontro; responsável pela copilação dos dados Rosalvo de Oliveira Júnior.

- 90) desenvolvimento sustentável (ecoturismo)
- 91) parques nacionais (IBAMA)
- 92) agenda 21 - trabalho de crianças
- 93) agenda 21 - política agrária
- 94) agenda 21 - política salarial
- 95) agenda 21 - política educacional
- 96) agenda 21 - política ambiental
- 97) política florestal
- 98) defesa AM (região)
- 99) apoiar a reforma agrária
- 100) prioridade social (tipo solidária)
- 101) plano de desenvolvimento
- 102) biodiversidade
- 103) política de saneamento ambiental
- 104) ministério do Meio Ambiente





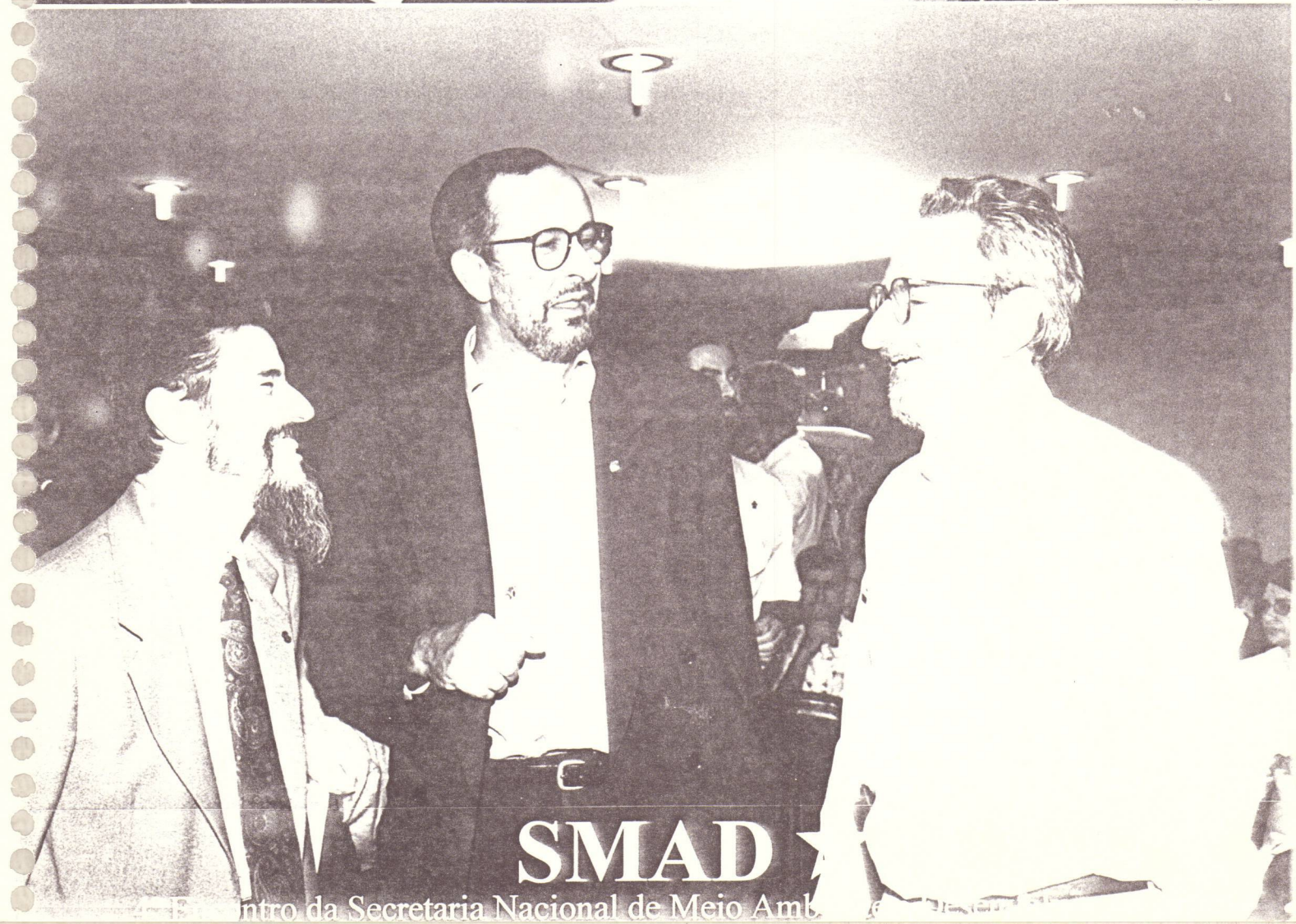
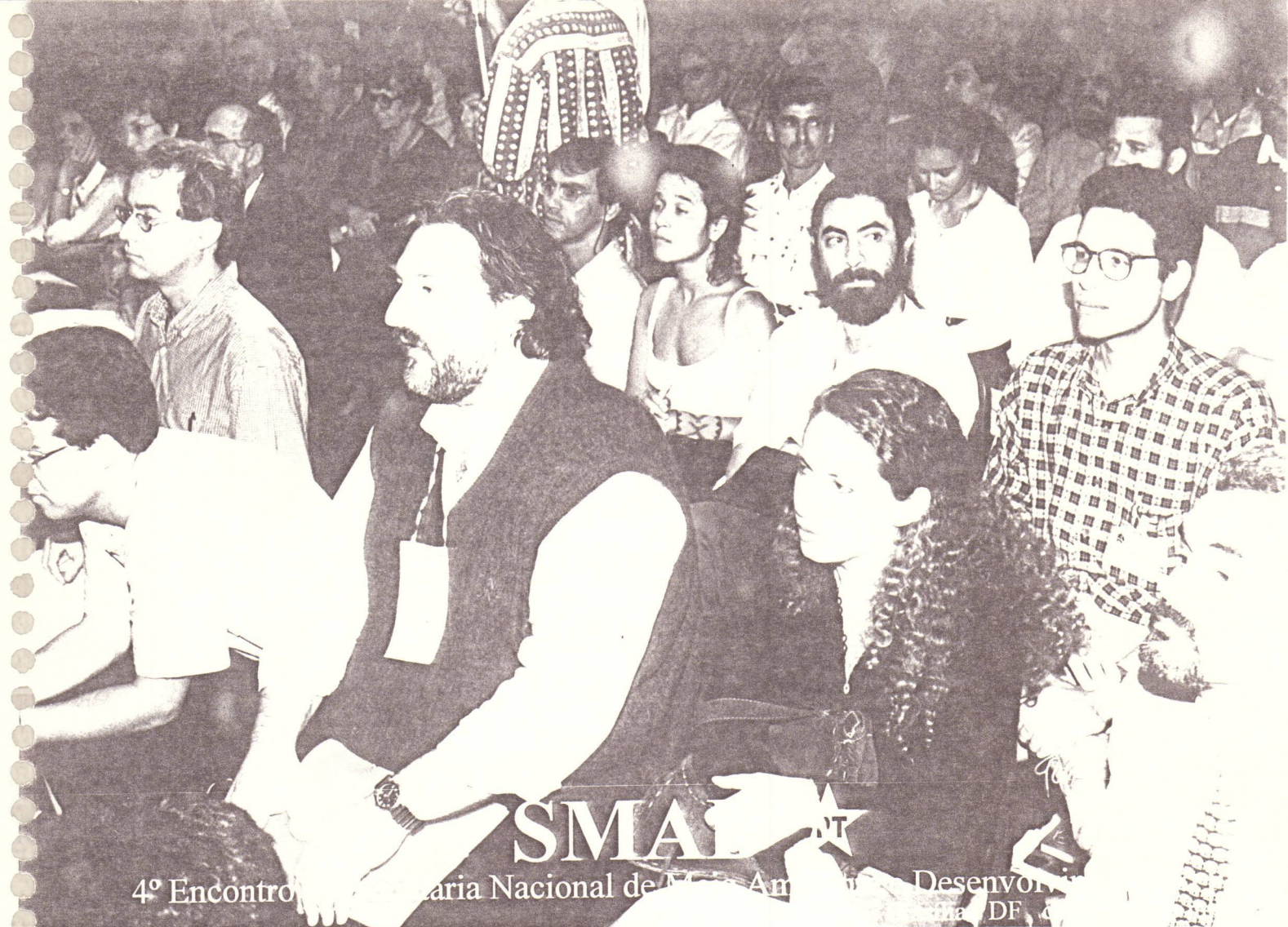
Secretaria da Secretaria Nacional

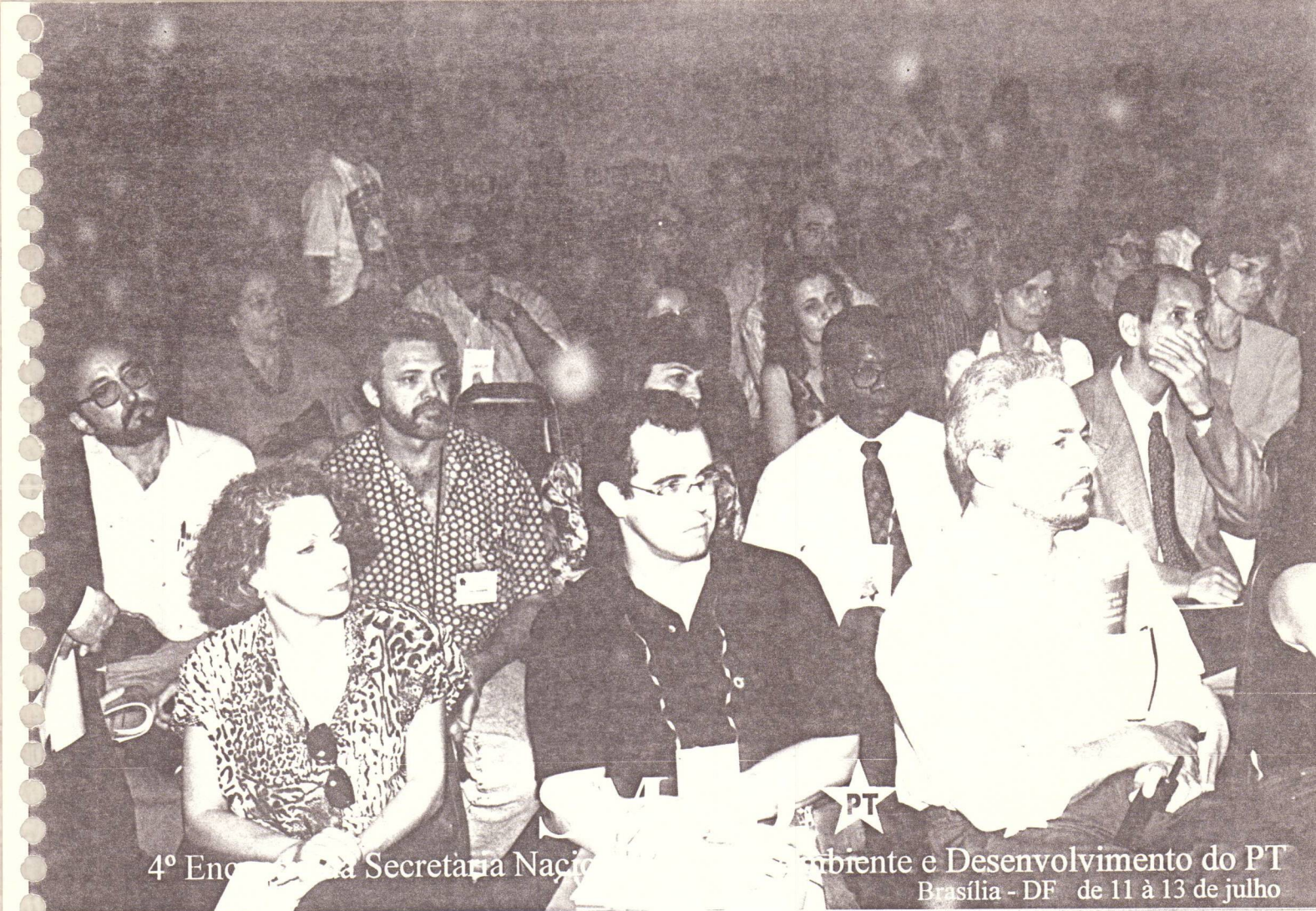
Desenvolvimento
Sustentável - D



SMAD

Secretaria Nacional de Meio Ambiente e Desenvolvimento





4º Encontro da Secretaria Nacional de Meio Ambiente e Desenvolvimento do PT
Brasília - DF de 11 à 13 de julho



SMAD **PT**
4º Encontro da Secretaria Nacional de Meio Ambiente e Desenvolvimento do PT
Brasília - DF de 11 à 13 de julho